



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CRT

RESOLUÇÃO Nº 448 / 2011
SESSÃO 165ª ORDINÁRIA DE: 12/09/2011
PROCESSO Nº 1/460/2009 AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/2008.18693
RECORRENTE: V.M.M. COMERCIAL LTDA
RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA
AUTUANTE: INÊS CRISTINA TEIXEIRA
CONSELHEIRO RELATOR: ALEXANDRE MENDES DE SOUSA

EMENTA: OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - FALTA DE ESCRITURAÇÃO NO LIVRO DE REGISTRO DE ENTRADAS. Contribuinte deixou de escriturar no livro de Registro de Entradas as Notas Fiscais de aquisição de mercadorias e ou serviços, referentes ao exercício de 2005. 1.Quanto a preliminar de **Nulidade argüida no Recurso Voluntário sob entendimento de que auto de infração incorrera em bi-tributação**, afastada, posto que o auto de infração reclama apenas multa por descumprimento de obrigação acessória. 2.Com relação a preliminar de **nulidade suscitada pelo advogado da parte** por ocasião da sustentação oral, por impedimento da autoridade designante da segunda e da terceira Ordem de Serviço, com fulcro na Instrução Normativa 06/2005, posto que foram assinadas pelo supervisor da Célula - afastada por maioria de votos. 3.No **Mérito** Auto de Infração julgado **PROCEDENTE**, infringência ao art. 269, caput e § 2º do Decreto nº 24.569/97, com penalidade prevista no art. 123, inciso III, alínea "g" da Lei nº 12.670/96. 4.Recurso Voluntário conhecido e não provido. Decisão por unanimidade de votos.

RELATÓRIO

Consta no relato da peça inicial que a empresa em epígrafe deixou de escriturar no livro de Registro de Entradas, dentro do período de apuração do imposto, notas fiscais de aquisições de mercadorias ou prestação de serviços no exercício de 2005.

Após apontar os dispositivos legais infringidos, art. 269 do Decreto nº 24.569/97, o autuante aplicou a penalidade que se encontra previsto no artigo 123, inciso III, alínea "i" da Lei 12.670/96.

A empresa autuada ingressa com impugnação argüindo em síntese o seguinte:


- Que atua no ramo de atividade no seguimento de Bares e Restaurantes;
- Que adquiri mercadorias sujeitas à cobrança por substituição tributária;
- Que 90% dos produtos adquiridos são tributados nos fornecedores, no caso, as grandes cervejarias e distribuidoras de bebidas;
- Que a autuação desconsidera a questão acima mencionada ao aplicar sobre o contribuinte uma onerosa carga tributaria;
- Que a cobrança do auto de infração incorrera para o contribuinte em dupla tributação, já que o ICMS na aquisição de mercadorias é tributado e novamente, ocorre tributação sobre o mesmo fato gerador, quando da venda das mercadorias, se vier prevalecer à forma de apuração de calculo do ICMS nas vendas de cartão de crédito do estabelecimento.

O julgador singular após analisar as questões postas e confrontá-las com as peças acusatórias apresentadas pelo fiscal autuante declara o mesmo procedente, sob entendimento de que o contribuinte deixou de atender o que determina a norma tributaria em seu art. 269, § 2º, do Decreto 24.569/97.

No Recurso Voluntário interposto o contribuinte reitera todos os argumentos apresentados na peça impugnatória.

A Consultoria Tributaria através do Parecer nº 171/2010, conhece do Recurso Voluntário, nega-lhe provimento no sentido de confirmar a decisão condenatória proferida em Primeira Instância.

Instado a se manifestar sobre o processo o representante da douta Procuradoria Geral do Estado ratifica entendimento exposto pela consultoria quanto à procedência do feito fiscal.



É o relato.

VOTO DO RELATOR

De acordo com relato apresentado nos autos à empresa V. M. M. COMERCIAL LTDA é acusada pelo Fisco estadual de ter deixado de escriturar no livro de Registro de Entradas, Notas Fiscais de aquisição de mercadorias sujeitas a tributação normal com destaque do ICMS no exercício de 2005.

Em sua defesa a empresa argumenta que exerce atividade no ramo de bares e restaurantes, onde as mercadorias adquiridas já sofrem tributação via substituição tributária. Que por esse motivo o auto é Nulo pela dupla tributação do ICMS.

Por ocasião da sustentação oral o advogado da parte suscitou nova preliminar de nulidade sob alegativa de impedimento da autoridade designante da segunda e terceira Ordem de Serviço com fulcro na Instrução Normativa 06/2005, já que foram assinadas pelo Supervisor da Célula.

Quanto ao argumento de que houve bi-tributação do mesmo fato gerador, quando da venda das mercadorias, convém esclarecer que no presente caso não houve cobrança do imposto, somente multa pela falta de escrituração dos documentos fiscais.

O contribuinte deixou de cumprir com a obrigação acessória relativa à falta de escrituração de documento fiscal, conforme previsão do art. 269, § 2º, do Decreto nº 24.569/97.

Art. 269. O livro Registro de Entradas, modelos 1 ou 1-A, Anexos XXXI e XXXII, destina-se à escrituração dos documentos fiscais relativos às entradas de mercadorias ou bens e às aquisições de serviços de transporte e de comunicação efetuados a qualquer título pelo estabelecimento.

§ 2º. Os lançamentos serão feitos separadamente para cada operação ou prestação, obedecendo à ordem cronológica das entradas efetivas no estabelecimento ou da utilização dos serviços, ou, na hipótese do parágrafo anterior, da data da aquisição ou do desembaraço aduaneiro.

Desse modo afasto o pedido de nulidade suscitada pela empresa, entendendo que tal obrigação é imposta toda e

A

qualquer empresa que exerça atividade comercial ou industrial, que possui escrita contábil ou fiscal.

No tocante a nulidade suscitada pelo advogado por ocasião da sustentação oral, sob fundamento de impedimento da autoridade designante da segunda e terceira Ordem Serviço, com fulcro na IN 06/2005, por terem sido assinadas pelo Supervisor da Célula, convém esclarecer que o Termo de Início que deu origem a presente ação fiscal, foi expedida a partir da Portaria nº 715/2008, assinada pelo Secretario da Fazenda, estando em perfeita consonância com art.821 e IN nº 06/2005. Por esse motivo não prevalece o argumento da autuada de que o auto seria nulo por impedimento da autoridade designante, motivo pelo qual afasto a referida preliminar.

Ante ao exposto, VOTO pelo conhecimento do Recurso Voluntario, negar-lhe provimento para confirmar a decisão condenatória proferida em Primeira Instancia, nos termos do julgamento singular e Parecer da Consultoria referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

É como Voto.

DEMONSTRATIVO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

MULTA R\$ 7.164,85



DECISÃO

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente V.M.M. COMERCIAL LTDA e recorrido CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA, em que:

A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Voluntário. Quanto a preliminar de **nulidade suscitada no recurso interposto**, sob a alegação de que "a subsistir o auto de infração, incorrerá ao contribuinte a dupla tributação, ou seja, a tributação em ICMS na aquisição de mercadorias, e, novamente a tributação de ICMS sobre o mesmo fato gerador, quando da venda da mercadoria.." - Esta preliminar foi afastada por unanimidade de votos sob o fundamento que o auto de infração reclama apenas multa por descumprimento de obrigação acessória, portanto inexistente a bitributação questionada. Com relação a preliminar de **nulidade suscitada pelo advogado da parte** por ocasião da sustentação oral, por impedimento da autoridade designante da segunda e da terceira Ordem de Serviço, com fulcro na Instrução Normativa 06/2005, posto que foram assinadas pelo supervisor da Célula - referida preliminar foi afastada por maioria de votos, sob o entendimento que o Termo de Início de Fiscalização que subsidia o auto de infração foi expedido a partir de autorização do Secretário da Fazenda, por meio de Portaria, portanto não há erro formal no procedimento fiscalizatório. Foi voto vencido o Conselheiro João Carlos Mineiro Moreira por entender que a Portaria foi expedida após a segunda Ordem de Serviço, que foi expedida pelo supervisor da Célula, portanto contaminada a ação fiscal. **No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara resolve negar provimento ao recurso voluntário, para confirmar a decisão de **procedência** do feito fiscal, proferida na instância singular, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Presente para sustentação oral do recurso, o representante legal da recorrente, Dr. Ivan Lúcio Falcão.

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 20 de Outubro de 2011.


José Wilame Falcão de Souza
PRESIDENTE


Edmarcelino de Andrade
PROCURADOR DO ESTADO

X


Silvana Carvalho Lima Petelinhar
CONSELHEIRA

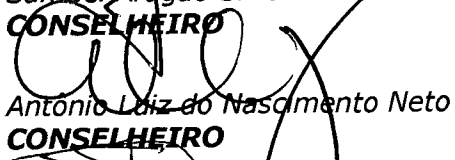

Manoel Marcelo Augusto Marques Neto
CONSELHEIRO


Alexandre Mendes de Sousa
CONSELHEIRO RELATOR

Francisco José de Oliveira Silva
CONSELHEIRO


João Carlos Mineiro Moreira
CONSELHEIRO


Samuel Aragão Silva
CONSELHEIRO


Antônio Luiz do Nascimento Neto
CONSELHEIRO


Sebastião Almeida Araújo
CONSELHEIRO

X